

Um ano e meio de Fernando Henrique

Caro leitor

Bolívar Lamounier *



Convocando o Congresso extraordinariamente para o mês de julho e modificando o regimento da Câmara no tocante aos chamados DVS (Destques para Votação em Separado), o governo se coloca na embocadura certa para a arrumação que precisa fazer nos próximos meses. A convocação extraordinária era perfeitamente previsível. De um lado, porque o prazo para as reformas constitucionais já está esticado até o limite do razoável. De outro, porque o governo tem consciência do grave erro que cometeu no ano passado, não fazendo a convocação justamente quando vinha de uma série de importantes vitórias nas votações referentes à Ordem Econômica (flexibilização dos monopólios). A ordem agora, pelo visto, é apressar votações que ajudem a trazer investimentos e manter a cabeça acima da linha da água, no que se refere às reformas constitucionais. A alteração do regimento interno, para serrar os dentes do DVS, é um elemento coadjuvante indispensável nessa nova estratégia. Como se sabe, o DVS foi criado durante a Constituinte de 1987-1988 pelo chamado "Centrão", com o objetivo

de bloquear uma influência mais que proporcional das minorias (no caso, as de esquerda e centro-esquerda) no texto final da Constituição. Por que, apesar disso, o texto finalmente aprovado saiu tão irrealista e nem um pouco favorável às reformas estruturais que todos sabemos serem necessárias é uma boa pergunta para os analistas acadêmicos. O fato, de qualquer modo, é que a criatura se voltou contra o criador: sobrevivendo a sua missão original, o DVS se transformou num poderoso instrumento

A convocação extraordinária do Congresso este ano era perfeitamente previsível

de obstrução nas mãos de algumas minorias (não apenas as de esquerda), como se viu na votação em primeiro turno da reforma da Previdência.

Convocar extraordinariamente o Congresso e desentortar o processo legislativo eram providências necessárias, mas em si mesmas ainda não suficientes para fevigorar o ímpeto reformista

que o governo começou a perder com o recesso de julho do ano passado. A questão de fundo permanece. Desde o início de seu mandato, o presidente Fernando Henrique tem se preocupado em passar duas mensagens básicas, ambas necessárias, mas até certo ponto contraditórias: a mensagem da estabilidade e a das reformas. Infelizmente, teve muito mais sucesso na primeira que na segunda. Quis que o cidadão voltasse a valorizar a previsibilidade, que começa, naturalmente, com a moeda estável, símbolo palpável e onipresente, mas vai além dela, expressando-se também na ausência de sobressaltos, na capacidade de perseverar na busca de objetivos difíceis e complexos, na compreensão, enfim, de que reformar estruturalmente um país é um "processo", e não um simples ato de vontade.

O problema, como disse, é que esse discurso da estabilidade não se coaduna inteiramente com o

seu reverso: a não menos imperativa necessidade das reformas. Sob este segundo aspecto, o desempenho do governo nestes primeiros dezoito meses foi muito inferior, quer em termos de articulação política, quer de comunicação com a opinião pública. Seu momento de maior glória foi a flexibilização dos monopólios (cuja regulamentação caminha a passos de cágado). As outras reformas — previdenciária, administrativa e tributária, certamente mais relevantes sob o ponto de vista fiscal — tramitam com extrema lentidão. Pelo menos uma delas, a da Previdência, sairá da Câmara completamente desfigurada, na esperança de que o Senado restaure no que for possível a sua fisionomia original. A julgar por uma pesquisa feita pelo Idesp junto a dois terços dos congressistas, em agosto do ano passado, a reforma administrativa não terá melhor destino: não havia apoio de 60% para reduzir a estabilidade no

serviço público, nem para admitir a demissão por excesso de pessoal, nem para extinguir o regime único, nem para a exigência de projeto de lei para aumentos no Legislativo e nem para o fim da isonomia salarial entre os três Poderes. Embora seja certo que o quórum de 3/5 é uma barreira difícil, que o Congresso e os nossos partidos têm defeitos, etc, é preciso reconhecer que o governo não conseguiu transmitir adequadamente à opinião pública o caráter urgente e imperativo dessas reformas para a consolidação da estabilidade e uma retomada sustentável do crescimento econômico.

As pesquisas divulgadas há uma semana pelos institutos Datafolha e Vox Populi reforçam o

O Real continua robusto, tendo em vista sua função estabilizadora e os benefícios que trouxe à sociedade

argumento acima. O Real continua robusto = tendo em vista sua função estabilizadora e os benefícios efetivos que trouxe à sociedade —, mas do governo o ci-

dadão espera mais. Enquanto o Plano é aprovado por mais da metade dos entrevistados, o desempenho do governo é avaliado positivamente por cerca de 25%, com outros 40% se acomodando naquele matreiro "mais ou menos". Esses números seriam até bons, se o País não esperasse tanto deste governo e deste ciclo de reformas. Mas espera, porque sabe que oportunidades como esta não surgem necessariamente a cada quatro anos. Sabe também que crescer 3 ou 4% ao ano é melhor que nada, mas é pouco diante de nossas necessidades, do dramático quadro social a que chegamos, e dos 10 ou 12% anuais de crescimento da China. Se conseguirmos crescer entre 5 e 6% nos três últimos anos desta década e sustentar essa taxa por mais uma década, chegaremos ao ano 2010 com uma renda per capita igual à dos países medianos do Sul da Europa, mas com uma distribuição ainda muito ruim, insuficiente para erradicar em definitivo aquela nossa antiga, apagada e vil tristeza.

* Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp e associado da MCM Consultores.